



MATHEUS LEITÃO

CONTINUA  
APÓS  
PUBLICIDA

Blog de notícias exclusivas e opinião nas áreas de política, direitos humanos e meio ambiente. Jornalista desde 2000, Matheus Leitão é vencedor de prêmios como Esso e Vladimir Herzog

Brasil

# Estudo alerta para risco ambiental envolvendo julgamento no STF

Decisão pode deixar 300 milhões de toneladas de lixo sem destino e aumentar emissões de gases de efeito estufa

Por **Matheus Leitão**  
31 jan 2024, 08h46





lixo (./Reprodução)

O **Supremo Tribunal Federal** (STF) retoma nesta sexta-feira, 2, o julgamento de um recurso para que a Corte reveja seu entendimento a respeito da possibilidade de construção de aterros sanitários em áreas de preservação permanente. Um estudo conduzido pelo consultor do **Banco Mundial** Luis Sergio Akira Kaimoto atesta que onze capitais do país terão de remover estruturas construídas nestes locais e dar novo destino a mais de 300 milhões de toneladas de lixo, o que deve causar severos impactos sociais, ambientais e econômicos.

“Além de não cumprir a meta de erradicação dos lixões em todo o território nacional em 2024 – prazo estabelecido por lei –, o Brasil terá de lidar com um volume imenso de resíduos sólidos sem destino certo. Na prática, a medida pode causar efeito inverso e contribuir para a proliferação dos lixões, inclusive com a possibilidade de caminhamento dos resíduos para os rios, podendo chegar ao mar”, diz o especialista, que realizou projeções de cenários caso a decisão do **STF** não seja revertida.

Em 2018, o STF considerou inconstitucional a gestão de resíduos em áreas de proteção ambiental. Os defensores de que a decisão seja revertida alegam que aterros sanitários são parte essencial do saneamento básico, direito previsto na **Constituição Federal**. Portanto, a segura gestão de resíduos seria de responsabilidade do poder público, devendo ser reconhecida como atividade de utilidade pública e interesse social, o que permitiria a construção dessas estruturas em APP. Até o momento, no entanto, a maioria dos ministros se manifestou pela manutenção da decisão.

De acordo com Kaimoto, além dos problemas ambientais e de saúde pública com o destino incerto dos resíduos, outra grave consequência da decisão seria o aumento das emissões de gases de efeito estufa. No caso, a retirada dos aterros destes locais demandaria o transporte de milhares de carretas de lixo Brasil afora e geraria impacto significativo. “Esse incremento de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera seria da ordem de 17,6 bilhões de toneladas de carbono equivalente (tCO<sub>2</sub> eq.), correspondente ao desmatamento de uma floresta com a dimensão de 20 vezes a Floresta da Tijuca, no Estado do Rio de Janeiro, ou de toda a cidade de Salvador”, explica.

Kaimoto afirma que os aterros sanitários operados no Brasil possuem “absoluto controle ambiental e técnico” e são reconhecidos tanto pelo próprio Banco Mundial como por órgãos ambientais internacionais por ser uma das soluções mais seguras do mundo. “Ao contrário dos lixões, o armazenamento de resíduos nos aterros é realizado sobre superfícies absolutamente protegidas com impermeabilizações múltiplas, garantindo a preservação por meio do confinamento dos resíduos em camadas cobertas com material inerte,

geralmente solo. Os aterros seguem normas operacionais específicas para evitar danos ao meio ambiente, em particular à saúde e à segurança pública. Os aterros são compostos por estruturas que evitam a contaminação do solo, da água e do ar e demandam um manejo adequado contínuo.”

“A erradicação tem que avançar de forma contundente, definitiva e irreversível. Ao interpretar que as obras de gestão de resíduos não são de utilidade pública, os diversos avanços conquistados nos últimos anos pelo setor serão fortemente impactados, podendo-se até mesmo gerar retrocessos que causarão um severo problema de saneamento em grande parte do país, senão o seu colapso”, conclui Kaimoto.

## VEJA Mercado - quarta, 31 de janeiro

Corte da Selic impulsionará consumo em supermercados, diz Felipe Queiroz



VEJA Mercado desta quarta-feira recebe o economista-chefe da Associação Paulista de Supermercados. Entre outros assuntos, ele afirma que o cenário econômico do país será melhor a partir do segundo trimestre.